

O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO COMO FERRAMENTA AVANÇADA DO NEOLIBERALISMO EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS DOS DISCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DO CEARÁ

Paulo Vitor Nogueira de Oliveira¹
Sirneto Vicente da Silva²

RESUMO

Este artigo analisa as relações interdependentes entre educação e trabalho a partir da disciplina Empreendedorismo ministrada nas escolas públicas de Ensino Médio do Ceará como construção de novas subjetividades. Erigimos como problemática central a definição do empreendedorismo como ferramenta avançada do neoliberalismo no complexo da educação. Ancorados no materialismo histórico-dialético, lançamos mão de uma bibliografia especializada, composta por teóricos como Marx (2013), Marx e Engels (1998), Mészáros (2002; 2008), Antunes (2018), Alves (2008), Dardot e Laval (2016) e outros, os quais permitiram analisar os dados obtidos em pesquisa estruturada realizada com alunos e ex-alunos sobre empreendedorismo. A partir das análises realizadas, estabelecemos as conexões entre as possíveis resoluções advindas da problemática em estudo e as impressões dos participantes de nossa pesquisa, por meio das quais observamos as contradições do real entre a conformidade aos ideais neoliberais, ao mesmo tempo que se destacam pequenas resistências. Por fim, concluímos que o ideário neoliberal, por meio do empreendedorismo, demonstra o esgarçamento da sociabilidade do capital muito bem representado na precarização laboral.

Palavras-chave: Neoliberalismo Educacional; Empreendedorismo; Subjetividade.

TEACHING ENTREPRENEURSHIP AS AN ADVANCED TOOL OF EDUCATIONAL NEOLIBERALISM: PERSPECTIVES OF PUBLIC SCHOOL STUDENTS IN CEARÁ

ABSTRACT

This article analyzes the interdependent relationships between education and work based on the Entrepreneurship course taught in public high schools in Ceará as a means of constructing new subjectivities. We establish as a central issue the definition of entrepreneurship as an advanced tool of neoliberalism in the education complex. Anchored in historical-dialectical materialism, we draw on a specialized bibliography, composed of theorists such as Marx (2013), Marx and Engels (1998), Mészáros (2002; 2008), Antunes (2018), Alves (2008), Dardot and Laval (2016), and others, which

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor da rede estadual de ensino do Ceará. E-mail: dompv2020@yahoo.com.

² Doutor em Educação (PPGE/UFC). Docente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN/UECE). Vice-líder do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR). E-mail: sirneto.silva@uece.br. Orcid: 0000-0003-4334-1916.

allowed us to analyze the data obtained in structured research conducted with students and former students on entrepreneurship. Based on the analyses carried out, we established connections between the possible resolutions arising from the problem under study and the impressions of the participants in our research, through which we observed the contradictions of reality between conformity to neoliberal ideals and small pockets of resistance. Finally, we concluded that the neoliberal ideology, through entrepreneurship, demonstrates the fraying of capital's sociability, which is very well represented in job insecurity.

Keywords: Educational Neoliberalism; Entrepreneurship; Subjectivity.

INTRODUÇÃO

A hegemonia do modelo neoliberal foi construída ao longo das últimas quatro décadas. Durante esse período de consolidação ele promoveu uma profunda metamorfose em todos os espaços da sociabilidade contemporânea, desde as relações mais objetivas (políticas e econômicas) até àquelas mais subjetivas (cultura e afetividades). Durante os anos de 1990, as políticas neoliberais em terras brasileiras focaram na liberalização do comércio e desregulamentação do trabalho, enquanto as políticas neoliberais do século XXI dedicam-se cada vez mais a forjar subjetividades sintonizadas com os valores da competição, do desempenho excepcional e da culpa individual (Dardot; Laval, 2016; Foucault, 2008; Alves, 2008; Antunes, 2018).

Nos anos 1970, após o capitalismo defrontar-se com as contradições imanentes do modelo fordista, emergiu a necessidade de uma reconfiguração sistêmica afim de garantir a expansão da acumulação de capitais. A eclosão do neoliberalismo surge desse contexto de crise. Para Mészáros (2002), essa processualidade concebeu um novo modelo de crise, inédita para o capitalismo: uma crise estrutural. Diferente de suas antecessoras, essa crise, por ser estrutural, é intransponível no interior do sistema capitalista, por ser uma contradição imanente ao sistema. Ou seja, ações de correções pontuais que outrora lograram êxito em reequilibrar a sociabilidade do capital ao mesmo tempo que garantiram a expansão deste, não teriam o mesmo sucesso dado a natureza estrutural (total) da crise. O neoliberalismo passou a ser a tecnologia mais avançada para solucionar essa crise estrutural.

Agindo no interior dessa crise, o neoliberalismo dispõe de ferramentas avançadas, como o toyotismo, uma inovação sociometabólica fundamental do

capitalismo em sua fase tardia. A processualidade em que esse todo social está relacionado é condicionada pela crise estrutural, que age sobre todo o metabolismo social do capital. A organização toyotista surge como uma das bases possíveis na remodelagem dos sujeitos imersos na produção de mais-valor: a classe trabalhadora. De acordo com Alves (2008),

O toyotismo instaura o que Ruy Fausto denominou a subordinação formal intelectual (ou espiritual) do trabalho ao capital. É o novo nexos psicofísico da produção capitalista que torna mais intensa a unidade orgânica entre ação e pensamento no interior da produção capitalista (Alves, 2008, p. 122).

Dessa relação, manifesta-se uma processualidade que emerge da necessidade ambígua do capital de sobreviver e se expandir. Tal ambiguidade dessas necessidades habita na impossibilidade ontológica do capital de não esmagar o trabalho na sua acumulação crescente, pois é da superexploração do trabalho que se cria cada vez mais-valor (Marx, 2013).

Nesse contexto, a educação assume centralidade estratégica para a manutenção da sociabilidade capitalista, seja como formadora de mão de obra, ou como ferramenta reprodutivista da ideologia hegemônica. Como destaca Apple (2005), a escola configura-se como um dos principais terrenos de disputa entre projetos societários, pois ela é simultaneamente espaço de socialização, produção de saber e formação política. O neoliberalismo reconhece este potencial e, por isso, investe na reconfiguração curricular, pedagógica e administrativa do campo educativo, difundindo dispositivos de governabilidade orientados ao mercado.

Entre esses dispositivos, o empreendedorismo ganha cada vez mais destaque. Longe de se restringir à criação de negócios, ele se tornou ideologia de autogoverno, modelo normativo de comportamento, moral de conduta e pedagogia de adaptação (Antunes, 2018; Alves, 2008; Laval, 2019).

A partir do exposto até o momento, já podemos inferir, como um dos fundamentos teóricos desta análise, que o fenômeno do empreendedorismo constitui, nos marcos do capitalismo contemporâneo, a manifestação tecnológica mais avançada e abrangente da sociabilidade produzida pelo modelo neoliberal. Ele opera simultaneamente como um modelo econômico, um imperativo ético e um *framework* cognitivo que reorganiza a vida social em sua totalidade. A validade dessa proposição encontra sólido respaldo na obra de Antunes (2018). O autor, ao examinar as

profundas reconfigurações que afetam a esfera do trabalho, fornece-nos os elementos empíricos e conceituais para compreender que tais transformações têm por consequência inevitável a imersão dos trabalhadores em um contexto de superexploração intensificada – que extrai valor inclusive de suas capacidades relacionais e intelectuais – e sua submissão a um regime de permanente incerteza e precarização existencial, onde direitos são convertidos em concessões e a segurança, em um privilégio obsoleto.

Com este artigo, pretendemos examinar como o empreendedorismo exerce uma função de ferramenta avançada do neoliberalismo educacional, moldando finalidades escolares, currículos, métodos pedagógicos e subjetividades a partir de uma análise bibliográfica relacionada aos dados adquiridos na nossa pesquisa. Isto posto, argumentamos que a inserção do empreendedorismo no campo educacional cumpre funções ideológicas, econômicas e políticas centrais para o projeto neoliberal, contribuindo para intensificar a autorresponsabilização e a meritocracia, invisibilizar desigualdades estruturais, reforçar cultura de competição e adaptação permanente, mercantilizar a educação e precarizar o trabalho docente e enfraquecer a formação crítica e democrática.

Para tanto, apoiamos esta análise no materialismo histórico-dialético por compreendermos que o fenômeno do empreendedorismo educacional, na sociedade capitalista contemporânea só pode ser desvelado a partir da totalidade social, nas relações estabelecidas entre educação e trabalho. Consoante Marx (2016, p. 247), “[...] o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva [...] a base e o sujeito do ato social de produção como um todo”. Desse modo, partimos da análise do empreendedorismo, enquanto disciplina ministradas nas escolas públicas estaduais do Ceará, relacionando a formação ministrada aos estudantes com o processo de formação de força de trabalho no contexto do modo de produção capitalista, uma vez que, conforme Marx (2016, p. 250), “[...] a evolução do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao mais complexo, corresponde ao processo histórico real”.

Assim, para compreender de maneira relacional o tema do empreendedorismo nas escolas públicas cearenses de Ensino Médio, com alguns aspectos mais básicos da realidade objetiva e subjetiva dos alunos atravessados por essa temática, elaboramos dois formulários: um deles respondido por ex-alunos

recém egressos dessas instituições que tiveram a experiência de disciplinas voltadas para o empreendedorismo, e outro formulário voltado para alunos em geral que ainda estavam cursando o ensino médio.

A pesquisa foi realizada por meio da plataforma do *Google* formulário no primeiro semestre de 2025 com o formato de questionário de múltipla escolha. No universo daqueles que passaram por disciplinas específicas sobre empreendedorismo, tivemos 22 participantes, com idade entre 17 e 22 anos, em que 72,7% ainda estudavam, enquanto 9,1% trabalhava e estudava, e o restante estava em outras atividades. As disciplinas em questão foram ministradas entre o ano de 2021 e o de 2024, e para 63,3% durou cerca de um ano (13,6% três meses e 22,7% seis meses). Todos os participantes eram moradores do interior do estado do Ceará no momento que responderam ao questionário. Os participantes que ainda estavam no ensino médio somaram o total de 57, todos matriculados em escolas públicas estaduais, sendo que 54,4% cursavam o terceiro ano, enquanto os outros 45,6% estavam no segundo ano do Ensino Médio. Veremos mais à frente que as respostas fornecidas por esses jovens, relacionadas aos debates teóricos aqui propostos, proporcionaram profícuas reflexões.

EMPREENDEADORISMO E NEOLIBERALISMO EDUCACIONAL

Sem ameaças ao seu domínio, o projeto neoliberal tem reestruturado radicalmente as dimensões política, econômica e social da vida. Na educação, essa ofensiva materializa-se de forma brutal através de cortes em financiamento de políticas educacionais, dispositivos de controle por resultados e currículos padronizados, tudo isso corroborando uma educação cada vez mais mercantilizada. (Saviani, 2011; Frigotto, 2018; Hypolito, 2019). Neste cenário, o discurso do empreendedorismo ganha centralidade como uma ferramenta pedagógica, sendo proclamado como a competência essencial para a suposta “educação do futuro”.

Foucault (2008) foi um dos primeiros a compreender que o neoliberalismo é, antes de tudo, uma racionalidade que fabrica sujeitos dóceis à lógica do mercado. A escola, portanto, é alvo prioritário para incutir esses princípios. Dardot e Laval (2016) dão continuidade à essa análise ao afirmarem que o neoliberalismo impõe uma verdadeira norma empresarial da existência, em que cada pessoa é levada a se

enxergar como um empreendedor de si mesma, gestora única de sua carreira e culpabilizada integralmente por seus sucessos e fracassos. Trata-se de uma colonização total da subjetividade. Essa perspectiva encontra uma profícua relação com a captura da subjetividade pelo modelo toyotista, conforme pontua Alves (2008).

Assim, ao situar o empreendedorismo dentro desse marco teórico, compreende-se que sua disseminação na educação é expressão do projeto neoliberal de reconfiguração das subjetividades, tão importante para a manutenção de uma sociabilidade dominada pelo capital em todas as esferas da vida, seja ela pública ou privada. O ensino do empreendedorismo emerge como ferramenta ideal para fortalecimento e expansão desse intento, visto que sob seu ideário é possível reforçar as qualidades exigidas para maior efetividade da produção e acumulação de riqueza. Dessa forma, a escola enquanto ferramenta de reprodução do capital torna-se um vetor central de divulgação desses valores. Nesse sentido, é interessante observar como para muitos dos participantes de nossa pesquisa (86,4%) foi somente na escola que eles passaram por algum curso voltado ao empreendedorismo. Essa realidade nos leva a refletir sobre a centralidade da escola na formação social, ao mesmo tempo que demonstra a importância e a urgência de fazer a disputa política pelo fim do ensino que prioriza o empreendedorismo na escola pública, afim de enfraquecer a mitologia empreendedorista e avançar em conquistas sociais para a classe trabalhadora em formação.

Sobre a captura da subjetividade, podemos pensá-la como um “nexo essencial que garante o modo de organização toyotista do trabalho capitalista” (Alves, 2008, p. 123). Ou seja, uma ferramenta de modelagem do trabalhador a uma maneira bastante específica, de acordo com os interesses do capital. O ensino do empreendedorismo permite a utilização de todo esse nexo, para responder as demandas do capital em crise estrutural que exige um novo tipo de trabalhador, ao mesmo tempo que prepara os estudantes para o desemprego estrutural.

O capital busca reconstituir algo que era fundamental na manufatura, o velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado: a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho, isto é, aquilo que Frederick Taylor com sua Organização Científica do Trabalho (OCT) buscava romper e o fordismo implementou com a linha de montagem e a especialização dos operadores. Enfim, a empresa toyotista busca hoje mobilizar conhecimento, capacidades, atitudes e valores

necessários para que os trabalhadores possam intervir na produção, não apenas produzindo, mas agregando valor. Eis o significado da “captura” da subjetividade do trabalho (Alves, 2008)

O empreendedorismo engendra, a partir de uma racionalidade e tecnologia neoliberal, um processo de subjetivação com finalidade de converter o sujeito em “empresa de si” (Foucault, 2008; Dardot; Laval, 2016). Assim, não se trata apenas de uma prática econômica, mas de um modo de governar, comportar-se e existir, cada vez mais disseminado nas políticas curriculares e nas reformas educacionais contemporâneas.

Desvela-se assim, a natureza ideológica subjacente a esse avanço muito bem sucedido do ideário empreendedor, no qual este se constitui como uma ofensiva ideológica de alto impacto, cujos efeitos mais cruéis recaem precisamente sobre os despossuídos dos meios de produção. Uma massa de trabalhadores sobrecarregados pelo custo de vida e atravessados por múltiplas formas de opressão: populações que o projeto neoliberal já havia colocado em situação de máxima vulnerabilidade. (Antunes, 2018; Dardot, Laval, 2016; Braga, 2012; Standing, 2013)

Nesse sentido, ao observarmos que uma parcela importante de egressos que participaram de nossa pesquisa (36,4%) afirmou ter renda familiar per capita menor que um salário mínimo (R\$ 1.518,00), enquanto outros 36,4% afirmam pertencer a famílias com renda de um salário mínimo, fica explícito como uma maioria ampla (72,8%) de jovens que vivem em famílias de baixa renda são o alvo das políticas públicas educacionais de caráter neoliberal — número semelhante ao obtido a partir das respostas acerca da renda no grupo de alunos cursando o ensino médio (71,9%).

Além disso, 68,2% dos ex-alunos que responderam ao formulário dizem possuir em sua família alguém que recebe bolsa família ou outro auxílio, enquanto nos atuais estudantes do nível médio esse número chega a 75,4%. Em ambos os casos, a totalidade desses dados explicita um perfil social muito vulnerável ao modelo de sociedade neoliberal com sua insaciável sede de acumulação e exploração, o que torna assaz cruel o ensinamento do empreendedorismo como tábua de salvação socioeconômica para esses jovens.

Se para Marx e Engels (1998, p. 36) “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias”, e tais circunstâncias se definem

por um contexto geral da sociabilidade em torno da reprodução material da vida, nos questionamos acerca de quais as possibilidades de escapar da tragédia social atual se continuarmos naturalizando a formação ideologizada através do empreendedorismo nas escolas públicas para um público tão vulnerável. Afinal de contas, a ideologização hegemônica tende a perpetuar as circunstâncias que se desenrolam na base da luta de classes, obstando relações de questionamento e transformação.

A grande maioria, 81,8% dos participantes que estavam no ensino médio, afirmaram que já tiveram contato com algum discurso de incentivo ao empreendedorismo na escola pública, consonante o que é designado nos projetos educacionais do estado do Ceará. Essa promoção do empreendedorismo nas escolas públicas e nos demais espaços de sociabilidade em que predomina o discurso neoliberal, vende-o como panaceia para os males sociais, e esse discurso tem como função uma sofisticada estratégia de governamentalidade neoliberal.

Do ponto de vista da luta pela hegemonia cultural, o capital contemporâneo consolidou um dispositivo ideológico duplo e coeso, composto pelas categorias interligadas de empreendedorismo e meritocracia. Estas não são ideias independentes, mas pilares simbióticos que sustentam a racionalidade neoliberal, atuando como tecnologias de controle e normatização que produzem realidades sociais e subjetividades específicas. O sucesso dessa subjetivação do empreendedorismo como discurso redentor pode ser observado quando 90,9% dos entrevistados respondeu que já considerou o empreendedorismo como alternativa para sua carreira profissional após a conclusão da disciplina voltada para o empreendedorismo.

O empreendedorismo opera como um dispositivo de subjetivação ativa, incitando os indivíduos a internalizarem a lógica do mercado e a se compreenderem como empresas a serem geridas (Alves, 2008). Ele promove a individualização extrema do risco social e a precarização como horizonte de possibilidade. Paralelamente, a meritocracia age como um dispositivo de avaliação e legitimação. Ela estabelece o mérito como padrão de avaliação aparentemente neutro e justo na distribuição de reconhecimento, culpa e posição social, criando uma epistemologia do merecimento que obscurece os determinantes materiais da vida.

O sucesso contemporâneo dessa dupla (meritocracia e empreendedorismo) reside precisamente em sua interdependência funcional. O empreendedorismo gera o campo de ação (competitivo e incerto); a meritocracia fornece o quadro interpretativo para entender seus resultados. Esse arranjo reifica as desigualdades, transformando-as de produto de relações de exploração em consequência natural de diferenças individuais de desempenho. A ascensão espetacular de alguns poucos empreendedores é elevada ao *status* de mito fundador, servindo para validar a totalidade do sistema e, ao mesmo tempo, para estigmatizar a maioria que não atinge tal patamar. A meritocracia como valor absoluto do poder infinito do individual contradiz a realidade material da sociabilidade, ou nas palavras de Marx e Engels (1998, p. 94): “Os indivíduos sempre partiram de si mesmos, naturalmente não do indivíduo ‘puro’, no sentido dos ideólogos, mas sim deles mesmos, dentro de suas condições e de suas relações históricas”.

Sobre o caso dos exemplos de sucesso generalizados, nossa pesquisa nos indica uma forte corroboração nesse sentido. Ao perguntar aos ex-alunos se os exemplos de sucesso no mundo dos negócios os fizeram acreditar no empreendedorismo, absolutamente nenhum dos participantes respondeu que não, todos disseram que de alguma forma acreditam nessas histórias, variando entre “Sim, sempre, pois mostra que com esforço eu também consigo” (40,9%) e “Depende da história por trás do sucesso” (59,1%).

Observamos, inclusive, a ação dessa função propagandística da mitologia empreendedora sobre nossos estudantes. Quando questionados acerca da principal diferença entre empreendedores e trabalhadores sob a proteção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as respostas daqueles que estavam no ensino médio variaram em 26,3%, concordando que o empreendedor é mais reconhecido, enquanto que para 29,8%, ele tem mais liberdade e para outros 29,8%, o empreendedor ganha mais que o trabalhador CLT. Apenas 14% destacaram uma estabilidade maior do CLT como diferencial importante. Essas respostas expõem o apelo social que o mito empreendedorista alcançou, inclusive sobrepujando a realidade social. No que diz respeito ao reconhecimento e à liberdade dos empreendedores, verificamos a introjeção dos valores da mitologia empreendedorista na ilusão de grandiosidade dado ao termo. Quando 85,9% dessas respostas corroboram de alguma maneira o discurso

de desvalorização do emprego CLT, percebemos como a criticidade é fundamental para reverter o quadro social ideológico que esmaga a classe trabalhadora.

Apesar de não considerar nessas respostas que a estabilidade do CLT é um ponto a favor frente ao empreendedorismo, em outro momento da pesquisa desvela-se uma nuance interessante. Quando questionados sobre o que eles consideravam sucesso na vida profissional, para 64,9% dos alunos o mais importante era a estabilidade, enquanto 12,3% consideraram o reconhecimento, 12,3% a independência e 10,5% serem produtivos. Claramente há possibilidade de uma construção mais crítica e elaborada da qual a escola pode ser uma indutora.

Não há indivíduo “livre” fora da sociedade, como prega a homilia neoliberal por trás do ideário empreendedorista, afinal, o domínio social se exerce precisamente ao estabelecer, dialeticamente, o campo de possibilidades reais da ação individual. Assim,

São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens e o seu processo de vida real. E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (Marx; Engels, 1998, p. 19).

Instituições de socialização como a escola são sítios privilegiados para a implementação e reprodução de dispositivos ideologizados, como o empreendedorismo, atuando na formação de um *ethos* perfeitamente adequado às exigências de flexibilidade, competição e autorresponsabilização que caracterizam o capitalismo atual. Essa atuação no seio da luta de classes fortalece a classe hegemônica, conquanto ainda existam contradições que permitem ação de resistência da classe trabalhadora. Entretanto, a escola é uma ferramenta central na atividade ideológica da burguesia, afinal é fulcral para esse grupo hegemônico “mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade” (Marx, Engels, 1998, p. 50).

Novamente os dados colhidos em nossa pesquisa corroboram essa interpretação. Para 54,4% dos estudantes, os professores precisam incentivar mais os alunos a se tornarem empreendedores. Apesar das limitações de um formulário

com respostas de múltipla escolha é sintomático essa visão naturalizante. Mais interessante ainda é pensar na relação, não isenta de contradições, entre esses dados e aqueles colhidos a respeito da pergunta feita aos alunos ainda cursando o Ensino Médio: "O quanto você concorda com a frase: se nada der certo eu abro meu próprio negócio"? O resultado apontou que 68,4% concordam de alguma maneira com essa afirmação, que permite pensar sobre o empreendedorismo como última alternativa no mundo do trabalho. Aqui é possível identificar as contradições do real no palco da luta de classes, agindo sobre o contexto de formação ideologizada. Sobre isso, Alves (2008) clareia nosso entendimento quando afirma:

Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que não se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. Enfim, o processo de "captura" da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo "olhar", mas nas instâncias sócio-reprodutivas, com a plethora de valores-fetiches e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano (Alves, 2008, p. 124).

Inspirando-nos nas palavras de Marx e Engels (1998) quando se referem à dominação social que as relações produzidas pelo próprio homem exercem sobre todos os atores da trama social, compreendemos melhor tais contradições à luz da complexidade da relação de atomização do universal, ou se assim podemos afirmar: a captura da subjetividade como produto e agente dialético da objetividade. Em suas palavras,

Essa fixação da atividade social, essa consolidação do nosso próprio produto pessoal em uma força objetiva que nos domina, escapando ao nosso controle, contrariando nossas expectativas, reduzindo a nada nossos cálculos, e até hoje um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico (Marx; Engels, 1998, p. 29).

O ensino de empreendedorismo na escola pública tem razão de ser na necessidade de atender aos interesses hegemônicos, mas ele existe sobretudo porque há uma luta de classes sempre pronta para explodir na sociabilidade dessa crise estrutural. Para Alves (2008),

A irrupção da acumulação flexível de cariz toyotista que ocorre com mais intensidade nos *loci* mais dinâmicos de acumulação de capital, não tende a amenizar (ou extinguir) a luta de classes e os conflitos entre capital e trabalho no interior da produção. Pelo contrário, eles tendem a agudizar-se e a se deslocar para dimensões “invisíveis” do cotidiano e do trabalho. A luta de classes, em seu aspecto contingente, se expressa por micro-resistências e simulações ocultas do trabalho vivo contra o novo patamar de exploração da força de trabalho (Alves, 2008, p.124).

As micro-resistências podem ser observadas nas respostas dos jovens participantes dessa pesquisa; todavia, concomitantemente a isso, observamos o sucesso da ideologia empreendedora na mesma pesquisa. Há uma relação complexa e contraditória do real em sua natureza dialética que não podemos camuflar e nem teremos fôlego nos limites desse trabalho para interpretar com profundidade.

Sobre essa captura da subjetividade que busca reorganizar a interpretação da realidade material, é importante notar que:

Ao se disseminar a ideologia do auto-empreendedorismo, constituem-se elementos sócio-metabólicos da nova hegemonia social do toyotismo. A ideologia não apenas mascara as contradições sociais, mas elabora uma nova mitologia. Deste modo, surge o mito do auto-empreendedor como o operador da auto-ativação no mercado de trabalho, que é o “colaborador” da empresa toyotista (Alves, 2008, p.113).

Esse “auto-empreendedorismo” — que nasce nas relações econômicas, mas logo espraia-se para todos os campos da sociabilidade — se enraíza nos sujeitos que nele se apoiam de tal maneira que a totalidade da vida social desses indivíduos passa a ser mediada por algum “espírito empreendedorístico”. Podemos, inclusive, observar como esse discurso de “auto-empreendedorismo”, ou empreendedor de si mesmo, está presente nas respostas de nossos estudantes do Ensino Médio quando 50,9% concordaram de alguma maneira com a afirmação: “Só passa dificuldade quem quer”. A internalização da auto-culpabilização nesse contexto, avançou bastante entre esses jovens.

A pedagogia empreendedorista que emerge dessa processualidade da crise estrutural opera segundo quatro princípios centrais: autonomia individual radicalizada, responsabilização por êxitos e fracassos, competição como norma relacional e flexibilidade e adaptação permanente.

A OCDE introduziu a ideia de “competências-chave” que incluem autonomia, inovação, criatividade e resolução de problemas — todas alinhadas aos

preceitos do empreendedorismo (OCDE, 2018). O Banco Mundial (2017) afirma que habilidades empreendedoras são necessárias para “modernizar” países em desenvolvimento.

Num movimento dialético funcional ao capital, a educação é conformada pelo novo mundo do trabalho e, reciprocamente, o reforça através de políticas neoliberais. O empreendedorismo ocupa cada vez mais o vácuo de uma formação humanizada, crítica, moldando um sujeito cada vez mais imerso na racionalidade de mercado. O preenchimento dessa lacuna formativa fica bastante evidente nos 84,2% de atuais alunos do ensino médio que concordam de alguma maneira que a escola deve sim ensinar empreendedorismo.

A análise das últimas décadas de hegemonia neoliberal, marcadas pela crescente intersecção entre educação e trabalho, evidencia o processo social que alicerçou o mito empreendedorista no Brasil. Ao ser incorporado como eixo curricular, o empreendedorismo redefine a finalidade da educação, deslocando-a de uma proposta crítica para uma pedagogia orientada ao desempenho, ao risco e à competição (Ball, 2012). Nessa lógica, o estudante torna-se gestor de si mesmo, responsável por maximizar seu capital humano (Gary Becker, 1993).

Nesse sentido, podemos observar nas últimas décadas um intenso avanço do neoliberalismo educacional a partir de documentos como a BNCC e políticas de diversos estados brasileiros que passaram a incluir “competências socioemocionais” e “*mindset* empreendedor” como elementos formativos essenciais. Essas transformações na formação escolar acontecem na esteira da nova morfologia do trabalho (Antunes, 2018). A necessidade de reorganização do mundo do trabalho, que a escola precisa se adaptar e dar conta, segundo os interesses das classes hegemônicas, acabam por sobrepujar outros aspectos formativos:

O espírito do toyotismo está inscrito, por exemplo, no discurso da nova pedagogia que traduz em seu léxico elementos do novo nexos psicofísico (saber-fazer, saber usar e saber comunicar). Exige-se, deste modo, um novo nexos psicofísico do trabalho pelo qual o indivíduo é educado para atuar competitivamente (Alves, 2008, p. 123).

Dessa maneira, escolas são incentivadas a adotar modelos de gestão privada, competindo por resultados e indicadores de produtividade. Para obter o maior sucesso possível, os interesses hegemônicos dispõem de uma gama de mecanismos

formativos afim de introjetar não apenas uma nova visão de trabalho, mas do próprio homem em relação à sua vida, agora toda ela mercantilizada, inclusive nos termos e afetividades:

A organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipulatória de maior envergadura. Na nova produção do capital, o que se busca “capturar” não é apenas o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização. O trabalhador é encorajado a pensar “pró-ativamente” e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo) (Alves, 2008, p. 120).

Em consonância com seu legado — que inclui os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Currículo em Movimento e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) —, a BNCC segue uma linha de continuidade em seus princípios e estrutura. Um de seus traços distintivos é a explícita incorporação de uma perspectiva empreendedora, materializada em vocábulos como “protagonismo”, “resolução criativa de problemas” e “aprender a aprender”.

Ao definir três conjuntos de competências gerais que se entrelaçam, a BNCC propõe que estas permeiem todas as áreas e componentes curriculares, sendo desenvolvidas de forma contínua pelos estudantes ao longo da educação básica. Esses grupos são: competências comunicativas e sociais, competências cognitivas e competências pessoais. Segundo o documento, tais competências “[...] visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva” (Brasil, 2017, p. 4).

No que diz respeito aos objetivos relacionados às habilidades que a BNCC visa construir, podemos inferir seu caráter de naturalização estrutural a partir do próprio documento quando diz:

[...] conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, e reconhecer e gerir suas emoções e comportamentos, com autocrítica e capacidade de lidar com a crítica do outro e a pressão do grupo; exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito; fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos baseados nas diferenças de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, fé religiosa ou de qualquer outro tipo; agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Brasil, 2017, p. 7).

Currículos voltados para atender necessidades mercantis como a formação de empreendedores, reduzem a complexidade social a problemas solucionáveis pelo esforço individual e, frequentemente, articulam-se com ideologias tecnocráticas que despolitizam a formação (Gentili, 1998; Frigotto, 1998).

EMPREENDEDORISMO COMO EXPRESSÃO DA CRISE DO MUNDO DO TRABALHO

A relação entre educação e mundo do trabalho assume contornos distintos no centro e na periferia do sistema capitalista. Nos países centrais, persiste um nexo (em deterioração) entre escolarização e inserção em postos relativamente estáveis. Em economias dependentes como a brasileira, contudo, a massificação educacional não rompe com a estrutura de oportunidades, pois o mercado laboral é organizado em função do capital externo e dos interesses da elite interna (Antunes, 2018). Consequentemente, a escola nesses contextos cumpre um papel funcional: qualifica para ocupações de baixo valor agregado e reproduz a ordem social ao inculcar os valores da disciplina, da hierarquia e do conformismo.

Para Frigotto (2018), a aparente improdutividade da escola é funcional ao capitalismo dependente, pois produz a força de trabalho adequada à posição subordinada do país na divisão internacional do trabalho. Esse raciocínio revela um paradoxo estrutural: o suposto fracasso educativo é, na verdade, um êxito estratégico. A crise do modelo liberal-democrático foi internamente gestada para permitir uma maior subordinação da educação ao projeto do capital. Nas economias periféricas como o Brasil – fornecedor de *commodities* e mão de obra intensiva –, essa dinâmica se aprofunda, pois a escola não “erra” por incompetência, mas porque cumpre com eficácia sua função programada de formadora de trabalhadores para atividades subalternas na estrutura do capitalismo global demandando treinamento operacional em detrimento ao pensamento crítico.

A educação formal assume, portanto, funções reprodutoras da condição dependente. Isso se evidencia em três dimensões principais: 1) a curricular, pela difusão de competências cognitivas e socioemocionais que naturalizam a flexibilidade precária; 2) a estrutural, pela segmentação que reserva a formação crítica às elites e massifica o ensino técnico-fragmentado para as classes populares; e 3) a ideológica,

pela promoção do empreendedorismo como solução individual para a crise do Estado – um processo que, segundo Antunes (2018), equivale à legitimação da autoexploração.

Nessa esteira, Alves (2008) afirma:

Ora, enquanto persistir a presença do trabalho vivo no interior da produção de mercadorias, o capital possuirá, como atributo de si mesmo, a necessidade persistente de instaurar mecanismos de integração (e controle) do trabalho e de administração de empresas, além, é claro, de procurar dispersar os inelimináveis momentos de antagonismo (e contradição) entre as necessidades do capital e as necessidades do trabalhador assalariado enquanto trabalho vivo e ser humano genérico (Alves, 2008, p. 122).

A precarização requerida pelo neoliberalismo abrange a totalidade do sistema capitalista a nível global, porém incide com maior crueldade sob aqueles países de economias dependentes. A processualidade que reforça o mito empreendedorista advinda dessa precarização que assola a classe trabalhadora é sentida por uma parcela considerável dos participantes egressos de nossa pesquisa quando 40,9% concordam com a assertiva: “o empreendedorismo é uma alternativa a ‘empregos ruins’”.

Se Engels já demonstrou, em seu excelente estudo: “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, que o operariado britânico era bastante heterogêneo e diferenciado, essas clivagens se acentuam quando se percebe a taxa diferencial de exploração praticada entre centro e periferia (Antunes, 2018, s/p).

A juventude vivencia na pele as contradições da realidade material e das concepções ideológicas que disputam sua subjetividade. Tanto assim, que ao lembrarmos do dado já citado de que 84,2% dos então discentes concordavam de alguma maneira com o ensino de empreendedorismo nas escolas, podemos observar uma aparente contradição com outro dado que demonstra certa análise mais crítica da prática empreendedora quando esta se torna a última alternativa para 68,4% dos alunos entrevistados. Essa aparente contradição pode ser resolvida quando a interpretamos como sagacidade da juventude ao adentrar no mundo do trabalho. É natural e essencial para a sua sobrevivência, possuir todas as ferramentas possíveis para enfrentar a realidade cada vez mais precária do mundo do trabalho num contexto de fragmentação política e, portanto, falta de perspectiva em alternativas ou mesmo

de luta na construção dessas. Sobre essa crise das representações trabalhistas tradicionais (sindicatos e partidos e “intelectuais orgânicos”), nos lembra Alves (2008, p. 124-125) que isso é uma expressão das dificuldades que “as instituições políticas (e sindicais) enfrentarem a ‘guerra de posição’ que ocorre no campo da subjetividade das individualidades de classe do trabalho”.

A Crise Estrutural do Capital mantém uma relação de interdependência com outras crises, num movimento recíproco de alimentação. O Estado, enquanto instância de mediação política do modo de produção hegemônico, é inserido na processualidade da crise, com a qual estabelece uma conexão dialética. Sob essas condições, sobressai a crise do mundo do trabalho, espaço em que a luta de classes experimentará confrontos mais agudos em contextos progressivamente mais ideologizados (Antunes, 2018).

Nesse sentido, o empreendedorismo se estabelece cada vez mais como uma espécie de “correção” da sociabilidade, ao mesmo tempo que a aprofunda. Sobre isso afirma Antunes (2018, p. 50): “Para tentar ‘amenizar’ esse flagelo, propaga-se em todo canto um novo subterfúgio: o ‘empreendedorismo’, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será”. Ou seja, em um esforço para suavizar a percepção dessa sociabilidade em crise estrutural, proliferam-se um renovado subterfúgio simbólico, um novo mantra: o “empreendedorismo”. Ele se distende cada vez mais, como a grande escápula contemporânea, uma narrativa na qual são depositadas todas as expectativas de redenção individual e mobilidade social. No entanto, trata-se de uma aposta de risco incalculável, cujo desfecho permanece deliberadamente obscuro e incerto, transferindo para o indivíduo isolado o ônus do sucesso e a culpa pelo fracasso em um sistema estruturalmente instável.

A ideologia do empreendedorismo prevalente nas últimas décadas possui diversas fontes, que vão do neoschumpeterianismo do teórico da administração Peter Drucker à generalização do “empreender” como praticamente sinônimo da ação humana pela Escola Austríaca de Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek. Em países como o Brasil, sua disseminação a partir dos anos 1980 se deveu sobretudo a quatro fatores. Os dois principais foram, naturalmente, a hegemonia absoluta das ideias neoliberais no debate público e as políticas inspiradas por essas ideias, que favoreciam o mercado como mecanismo de alocação de recursos em detrimento de direitos sociais e serviços públicos, aumentando a coerção econômica sobre as

peças e intensificando a lógica do “matar ou morrer”. Mas pesaram também a penetração crescente de igrejas evangélicas pregando a chamada “teologia da prosperidade” e o boom da indústria da autoajuda e do *coaching*. Esta última, uma espécie de ouroboros do empreendedorismo, no qual a demanda constante de auto-otimização para o mercado é ela mesma transformada em oportunidade de negócios, ou seja, consiste no curioso ramo em que um indivíduo cujo único negócio é ele mesmo, ensina a outros indivíduos os segredos para ter sucesso nos negócios.

Sobre a impressão dos nossos participantes acerca das possibilidades de sucesso da atividade empreendedora, mesmo reconhecendo que a maioria dos empreendedores não possuem uma renda tão alta quanto se propala, 70,1% dos estudantes acreditam que um empreendedor em sua cidade ganha no máximo R\$ 5 mil mensais. Muitos desses jovens (71,9%) afirmam que se tornariam empreendedores caso dispusessem de investimento, ou apoio familiar, ou bom mercado, ou uma formação adequada.

Difícilmente a realidade de captura das subjetividades poderia ser outra no contexto atual, afinal a ameaça constante de crise opera como um dispositivo de disciplina sobre a força de trabalho, enfraquecendo organizações coletivas e legitimando um receituário neoliberal (flexibilização, austeridade) em nome da competitividade. Um dado da nossa pesquisa com aqueles egressos que fizeram disciplina de empreendedorismo que corrobora essa compreensão está no entendimento dos estudantes de que o empreendedorismo não é uma alternativa a “empregos ruins” para 59,1%, ou seja, muitos deles enxergam o empreendedorismo como projeto possivelmente positivo para o trabalhador. Para reforçar nossa interpretação outro dado nos auxilia: para 40,9% desses egressos, o empreendedor é visto como um investidor, enquanto outros 22,7% acreditam ser um empresário, outros 22,7% entendem o empreendedor como autônomo e somente 13,6% respondeu trabalhador.

Gentili (1998) analisa que a profunda reestruturação do capitalismo, ao alterar radicalmente o mundo do trabalho, reverberou nas instituições educacionais. Ele argumenta que a escola vive hoje uma mudança de propósito: em vez de formar para o emprego formal, passa a preparar os estudantes para um cenário de desemprego estrutural. Essa reorientação seria o reflexo direto das novas dinâmicas laborais impostas pelo capitalismo flexível.

Como afirma Gentili (1998):

[...] na atual conjuntura do desenvolvimento capitalista tem se produzido um deslocamento da ênfase na função da escola como âmbito de formação para o emprego (promessa que justificou, em parte, a expansão dos sistemas educacionais durante o século XX) para uma nem sempre declarada ênfase no papel que a mesma deve desempenhar na formação para o desemprego (Gentili, 1998, p. 78).

Por conseguinte, observamos que a crise do mundo do trabalho espraia-se por todos os lados da sociabilidade, atingindo inclusive a atividade docente que na era do empreendedorismo passa a sofrer inúmeras pressões afim de se adequar ao modelo de superexploração proposto pelo capital.

Antunes (2018) nos auxilia na compreensão de como a lógica neoliberal precariza, inclusive, o trabalho docente, impondo metas, produtividade, multitarefas e avaliações contínuas. O professor é instado a ser inovador: gestor de projetos, criador de conteúdos, influenciador digital, empreendedor educacional. Ou seja, o próprio docente, que muitas vezes é obrigado a ministrar disciplina sobre empreendedorismo, é alvo dessa captura subjetiva que se materializa numa precariedade laboral em ascenso (Cavazzani *et al.*, 2024).

Dessa maneira, o complexo ideológico de sustentação da mitologia do empreendedorismo perpassa a atividade docente afim de naturalizar essa precarização como modernização e naturalização da sociabilidade do mundo do trabalho em crise. Essa exigência reforça a intensificação do trabalho, além de promover uma desprofissionalização. A culpabilização individual por resultados sistêmicos é outro fator que acaba se sobrepujando à docência, causando a erosão da autonomia pedagógica. O docente é convocado a reinventar-se continuamente como “empreendedor educacional”.

À vista disso, cresce a pressão para que o professor se torne uma espécie de “grife personificada”, para que produza materiais para redes sociais como sendo uma extensão natural da sua atividade, empurrando os docentes para a necessidade de venda de cursos próprios como sinônimo de sucesso, o que implica uma forte carga de autopromoção. Essa subjetividade empresarial fere de morte a docência como atividade intelectual e coletiva (Cavazzani *et al.*, 2024; Oliveira, 2020).

Ampliando a discussão, Alves (2008), afirma que:

O novo modelo produtivo exige uma arquitetura de controle do metabolismo social do capital de novo tipo. Primeiro, pela reordenação espaço-temporal, tanto do trabalho quanto da vida social. A extensão da produção (e do discurso da produção) para a totalidade social e, por outro lado, a redução da vida social à lógica da produção do capital são um modo de reordenação espaço-temporal do controle sócio-metabólico do capital que nasce na fábrica. Segundo, pela interversão do “inspetor externo” em “inspetor interno” que manipula as instâncias da subjetividade (pré-consciência e inconsciente) por meio de valores-fetiches. A administração *by panopticum*, instaurada pelo toyotismo, está menos no olhar perscrutador externo do capital, que não desaparece, é claro, apesar de estar menos visível e, inclusive, pelo avesso (como o olhar perscrutador dos companheiros de trabalho) e mais no olhar perscrutador interno dos valores-fetiches e consentimentos espúrios (Alves, 2008, p. 129).

O mundo do trabalho exige dos sujeitos apartados da riqueza produzida uma autodisciplina camuflada de liberdade inserida aos poucos em todas as áreas da sociabilidade do capitalismo em crise estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos debruçarmos sobre o conjunto dos dados aqui analisados que dialogaram com a bibliografia que dispusemos, encaramos um aglomerado de circunstâncias complexas e relacionais no sentido de compreender o ensino do empreendedorismo nas escolas públicas cearense no bojo do aprofundamento neoliberal da educação como expressão de uma luta de classes travada à vista de todos a partir da teoria e das observações dos participantes, muito embora essa realidade seja dissimulada por uma forte ideologização que incide sobre os mais variados atores sociais, podemos observar as fissuras desse modelo e as possibilidades do real.

Um investidor/empresário mais respeitado por sua atividade se comparado a outros empregos, que ganha até R\$ 5.000 mensais, sem estabilidade, porém com mais liberdade que outros trabalhadores, parece ser essa a definição resumida da figura do empreendedor formulada por nossos participantes quando observamos suas respostas.

Entre algumas conclusões possíveis deste trabalho podemos destacar que o empreendedorismo é claramente uma ferramenta avançada da classe hegemônica na luta de classes. Se concordarmos com essa constatação um questionamento simples e direto se impõe em seguida: o ensino de empreendedorismo nas escolas públicas enfraquece ou fortalece a classe trabalhadora (inclusive os docentes)? Parece-nos muito óbvio a resposta a essa indagação, mesmo levando em conta as contradições nas respostas dos participantes da nossa pesquisa, também é possível identificar caminhos semelhantes nas suas respostas no sentido de resistir, apesar das limitações do real, ao avanço da ideologia neoliberal que precariza toda a sociabilidade.

Muitas outras reflexões poderiam serem inferidas a partir dos dados captados na nossa pesquisa, que apesar de limitada, permitiu-nos adentrar em vários aspectos da subjetividade que dialoga com a objetividade do real, desvelando inúmeras contradições e possibilidades do movimento complexo da realidade social.

Por ora, verificamos que o empreendedorismo, enquanto ferramenta avançada do neoliberalismo educacional, opera no chão da escola como tecnologia institucionalizada na captura das subjetividades, reconfigurando finalidades, conteúdos e práticas pedagógicas. Ao promover indivíduos empresariais, reforça a responsabilização individual, esvazia o sentido público da educação e intensifica a mercantilização da vida social.

Sua difusão implica riscos profundos para as conquistas sociais, o trabalho docente e o direito à educação integral, ao substituir a formação crítica por um adestramento voltado à concorrência e ao desempenho. Reconhecer tal movimento é passo fundamental para construir práticas educacionais relacionadas a um projeto contra-hegemônico capaz de fortalecer o comum, a solidariedade e a emancipação humana.

O empreendedorismo se consolidou como instrumento central do neoliberalismo educacional, impondo racionalidade de mercado aos currículos, práticas escolares e subjetividades. Longe de emancipar, ele reforça desigualdades, precariza o trabalho, despolitiza a formação e esvazia qualquer projeto social que não toma o capital como seu centro gravitacional.

Observamos que a dimensão ideológica do empreendedorismo é tão importante quanto seu papel econômico. Verificamos essa realidade na disputa pelas

subjetividades e nas respostas dos nossos participantes. Essa dimensão ideológica viabiliza a sobrevivência da sociabilidade do capital, um sistema que, paradoxalmente, mesmo em sua forma senil e decadente, continua a se impor como senhor da vida social, sufocando as mais variadas tentativas de reorganização dos trabalhadores.

Ao que tudo indica essa realidade “empreendedorística” tende a se tornar cada vez mais dramática, jogando a classe trabalhadora brasileira para o colo de um discurso meritocrático que demoniza conquistas sociais e direitos trabalhistas. Portanto, é fulcral refletir sobre o impacto desse ideário na juventude.

Uma educação voltada ao comum exige superar a retórica empresarial e recolocar no centro a crítica, a solidariedade, a justiça social e a formação integral como norteadores na construção de alternativas contra-hegemônicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. São Paulo: Marília, 2008.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

APPLE, Michael. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2005.

BALL, Stephen. **Global Education Inc.**: New Policy Networks and the Neo-liberal Imaginary. London: Routledge, 2012.

BALL, Stephen. **The Education Debate**. 4. ed. Bristol: Policy Press, 2020.

BECKER, Gary. **Human Capital**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos**: Neoliberalism's Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015.

CAVAZZANI *et al.* **Precarização do trabalho docente**: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 26, n. 59, pp. 209-228, jan/abr 2024 - <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5910>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. *In*: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

HYPOLITO, Álvaro. Trabalho docente e neoliberalismo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e020050, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho docente na educação básica: precarização e intensificação. **Cadernos CEDES**, v. 40, n. 111, 2020.

PETERS, Michael. **Education, Neoliberalism and the Digitalization of Learning**. London: Routledge, 2017.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.